

Curso de pós-graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias pela Universidade de Évora no ano de 1992.

Na estrutura orgânica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (ex-CCRA) esteve, desde o início, integrado na Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica (ex-DFL), pertencendo à Direcção Regional da Administração Local (ex-DRAA).

Entrou ao serviço da ex-Comissão de Coordenação da Região Alentejo como tarefeiro em 5 de Junho de 1979.

Passou para o quadro da Comissão de Coordenação da Região Alentejo como técnico superior de 2.ª classe a 1 de Julho de 1982.

Actualmente é assessor principal do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, integrado em 23 de Setembro de 2002, com efeitos reportados a 21 de Maio de 1999.

Foi nomeado chefe de divisão em 21 de Maio de 1996, tendo como responsabilidade a coordenação da Divisão de Finanças Locais. Manteve esta responsabilidade na Divisão agora titulada como Finanças Locais e Cooperação Técnica até 1 de Maio de 2007.

É possível destacar, como experiência profissional (quer na vertente técnica quer na vertente de coordenação), as seguintes actividades:

Prestação de apoio técnico às autarquias locais nas matérias de contabilidade e gestão financeira e elaboração de pareceres nesta área;

Apoio, no âmbito financeiro autárquico, aos secretariados técnicos dos 1.º e 2.º QCA;

Recolha e análise de informação contabilístico-financeira autárquica e elaboração dos respectivos documentos técnicos analíticos de situação;

Análise processual, apreciação e acompanhamento de candidaturas e projectos aprovados respeitantes a vários programas de financiamento;

Participação na implementação do novo sistema contabilístico para as autarquias locais (POCAL), actual membro do SATAPOCAL (grupo de trabalho para a uniformização da interpretação e apoio técnico da aplicação do POCAL);

Acompanhar os procedimentos referentes a disposições estabelecidas na legislação financeira autárquica (ex.: limite das despesas com o pessoal);

Realizações de acções de informação e divulgação de matérias contabilístico-financeiras e outras junto dos vários actores institucionais.

Como experiência profissional, refira-se também a elaboração como autor ou co-autor de várias publicações, entre outras, de *Caracterização Financeira Autárquica*, *Crédito Concedido às Autarquias Locais*, *Plano do Sistema de Informação da Comissão de Coordenação do Alentejo — Modelação, Análise de Impactos das Revisões da Lei de Finanças Locais e Manual de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL*.

Como formação profissional salientam-se, entre outras, diversas acções de formação nas matérias de informática, assuntos europeus, fundos comunitários, Administração Pública em Espanha, revisão de preços, regime jurídico de empreitadas e despesa pública, produtividade nos serviços públicos e respectiva avaliação do desempenho, contabilidade para as autarquias locais e gestão por objectivos.

#### Despacho n.º 14 494/2007

Com a publicação da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado em 15 o número de unidades orgânicas flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007, foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Apoio Jurídico do licenciado António de Jesus Carrilho Velez.

2 — O nomeado, nos termos do número anterior, reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — Os dirigente acima identificado no presente despacho fica autorizado a optar pelo vencimento base da categoria de origem, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º do mencionado diploma legal.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

11 de Junho de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

#### Nota curricular

António de Jesus Carrilho Velez, casado, natural da freguesia de São Lourenço, concelho e distrito de Portalegre, nascido a 22 de Janeiro de 1960.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, concluída em 29 de Julho de 1985;

Curso de pós-graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias pela Universidade de Évora, concluído em 1995.

Outra formação relevante:

Formador com certificado de aptidão profissional, emitido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional, válido até 19 de Julho de 2011;

Programa Avançado em Parcerias Público-Privadas, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 2006;

Curso de gestão por objectivos, pelo Instituto Nacional de Administração, 2006.

Funções profissionais exercidas:

Na Tesouraria da Fazenda Pública de Monforte:

Tesoureiro-ajudante estagiário de 30 de Abril de 1985 a 28 de Junho de 1987;

Tesoureiro-ajudante de 2.ª classe de 29 de Junho de 1987 a 13 de Outubro de 1988;

Tesoureiro-ajudante de 1.ª classe de 14 de Outubro de 1988 a 11 de Maio de 1989;

Tesoureiro da Fazenda Pública de 3.ª classe, interino, exercendo funções de tesoureiro subgerente, de 4 de Abril a 11 de Maio de 1989;

Exercício de funções, em acumulação, no âmbito da Tesouraria Municipal de Monforte desde 30 de Abril de 1985 a 11 de Maio de 1989.

Na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo — Évora:

Consultor jurídico de 2.ª classe de 12 de Maio de 1989 a 11 de Abril de 1994;

Consultor jurídico de 1.ª classe em 12 de Abril de 1994;

Consultor jurídico principal em 3 de Março de 2000;

Consultor jurídico assessor principal desde 14 de Agosto de 2001 (artigo 32.º, n.ºs 6 e 8, da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho);

Nomeado, em comissão de serviço, chefe de divisão de Assuntos Jurídicos, por despacho do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território de 1 de Dezembro de 1993;

Renovada a comissão de serviço como chefe de divisão por despacho de 26 de Agosto de 1996 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1996;

Nomeado, em regime de substituição, como chefe de divisão, por despacho de 10 de Dezembro de 1999, da Ministra do Planeamento, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1999;

Nomeado, em comissão de serviço, precedendo concurso, chefe de divisão, por despacho da Ministra do Planeamento de 20 de Março de 2000, com efeitos a 20 de Março de 2000;

Exercício de funções como chefe de divisão de Apoio Jurídico, em regime de gestão corrente, ao abrigo do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, desde 24 de Maio de 2003 a 30 de Abril de 2007.

Membro da equipa de missão para elaboração do Código de Administração Autárquica, constituída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2000, de 10 de Agosto, entre Setembro de 2000 e Dezembro de 2001.

#### Despacho n.º 14 495/2007

Com a publicação da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado em 15 o número de unidades orgânicas flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007, foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Licenciamento e Monitorização Ambiental do licenciado Joaquim Manuel Casmarrinha Pisco.

2 — O nomeado, nos termos do número anterior, reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

11 de Junho de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

### **Curriculum vitae**

#### **Dados pessoais:**

Nome — Joaquim Manuel Casmarrinha Pisco;

Licenciatura em Engenharia Agrícola pela Universidade de Évora, concluída em Maio de 1988, com a classificação final de 15 valores (*Bom*);

Membro da Ordem dos Engenheiros, desde Fevereiro de 1993, com o n.º 20173.

#### **Comissões de serviço:**

Chefe de divisão de Projectos e Obras na Direcção Regional do Ambiente — Alentejo, de 27 de Dezembro de 1999 a 17 de Abril de 2001;

Chefe de divisão de Infra-estruturas na Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Alentejo, desde 18 de Abril de 2001, por um ano, e em gestão corrente na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, até 30 de Abril de 2007.

#### **Experiência profissional:**

Em 15 de Julho de 1992 foi nomeado definitivamente técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação da Região Alentejo;

Integrou várias comissões de avaliação de estudos de impacte ambiental de projectos de agricultura intensiva, projectos de barragens e projectos florestais;

Integrou as comissões técnicas de acompanhamento dos Planos Directores Municipais de Portel, Redondo e Viana do Alentejo;

Foi nomeado secretário do conselho de bacia do Rio Mira, por despacho da Ministra do Ambiente de 29 de Dezembro de 1995;

Acompanhou, entre 2001 e 2006, os contratos-programa celebrados com a DGOTDU e as câmaras municipais no âmbito do programa Requalificação Urbana;

Foi nomeado, em 2007, representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo na Comissão Distrital de Évora de Protecção Civil;

Coordena, na CCDR — Alentejo, os procedimentos internos para a emissão de licenças ambientais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de Agosto;

Em 5 de Janeiro de 2007 foi nomeado assessor principal do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo.

#### **Formação profissional:**

Frequência com aproveitamento do Seminário de Alta Direcção (quarenta horas), de 24 a 28 de Outubro de 2005, promovido pelo Instituto Nacional de Administração (INA).

### **Despacho n.º 14 496/2007**

Com a publicação da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado em 15 o número de unidades orgânicas flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007, foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Avaliação Ambiental da licenciada Cristina Maria Torres Martins.

2 — A nomeada, nos termos do número anterior, reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

11 de Junho de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

### **Curriculum vitae**

Nome — Cristina Maria Torres Martins.

Carreira profissional e experiência profissional:

1988 — aquisição de serviços pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza;

1992 — integrou o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, exercendo funções na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo (DRARN-A), em 9 de Julho;

Pareceres no âmbito de projectos e estudos associados ao Plano de Ordenamento da Zona dos Mármore (PROZOM);

De 1992 a 2001 — emissão de pareceres nos processos de certidão de localização da actividade transformadora de rochas, processos de licenciamento do exercício da actividade industrial, no processo de licenciamento da actividade extractiva de massas minerais, nos processos de encerramento da actividade extractiva de massas minerais e aprovação de planos de recuperação paisagística de pedreiras, e ainda pareceres no âmbito dos planos regionais de ordenamento (PROT) e planos directores municipais (PDM) e das licenças de extracção de inertes no domínio hídrico;

Integra a Comissão de Acompanhamento do Plano Regional de Ordenamento da Zona dos Mármore — PROZOM;

Integra a comissão de acompanhamento, em representação da Direcção Regional do Ambiente do Alentejo (DRA-AL), nos contratos de adaptação ambiental para o sector dos mármore e pedras ornamentais;

De 2001 a 2007 — nomeada em comissão de serviço no cargo de chefe de divisão da Avaliação Ambiental da DRAOT-A, por despacho do Secretário de Estado do Ambiente, em 18 de Abril de 2001;

Continua a exercer, sem interrupção até 2007, o cargo de chefe de divisão de Avaliação Ambiental da Direcção de Serviços de Gestão Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Participação em grupos de trabalho — integra a subcomissão técnica de normalização, CT 150, sobre Sistemas de Gestão Ambiental, ISO-14 001 e 14 004. Actualmente (2007), faz parte desta subcomissão técnica, tendo em 2004 pertencido ao grupo técnico que procedeu à tradução para português da versão actual da Norma ISO 14 001.

Coordenação de projectos e estudos:

Programa de Levantamento, Acompanhamento e Fiscalização de Pedreiras na Região Alentejo, com duração de um ano;

Inventariação das áreas de extracção de inertes no domínio hídrico e respectiva base de dados, com duração de seis meses;

Coordenação do processo de elaboração dos planos específicos e estudo de incidências ambientais para áreas de extracção de inertes no domínio hídrico;

Coordenação de propostas de definição de âmbito e de avaliação de impacte ambiental (AIA) e dos respectivos relatórios de conformidade (RECAPE) e pós-avaliação quando a entidade regional é autoridade de AIA;

Apreciação de projectos — pareceres no âmbito dos processos de proposta de definição de âmbito e avaliação de impacte ambiental (AIA), nomeadamente sobre estudos de impacte ambiental nas áreas da indústria extractiva, indústria da energia, indústria mineral, projectos de infra-estruturas e turismo, empreendimentos turísticos, loteamentos industriais e empreendimentos agrícolas e de rega, e respectivos relatórios de conformidade (RECAPE) e pós-avaliação.

#### **Formação académica e profissional:**

1990 — licenciatura em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Évora, concluída em 1990, incluindo estágio curricular orientado pelo professor Gonçalo Ribeiro Telles;

De 1987 a 2005 — participou no Seminário de Alta Direcção, quarenta horas, do Instituto Nacional de Administração, Évora (2005); formação profissional de formação contínua de formadores (2002); no curso de formação de auditores de sistemas de gestão ambiental da AENOR, Barcelona, Espanha (2001), bolsista do Programa COMETT (UE), com duração de três meses, no Instituto Geológico e Geomineiro de Espanha (ITGE); na área de engenharia ambiental, análise da aplicação da legislação nacional e comunitária ao desenrolar da actividade extractiva (1996) e curso de formação de detecção remota aplicada ao ordenamento do território, com duração de noventa e noventa horas (1987).

Informação adicional — júri de concursos da Administração Pública; actividade de formadora na área da gestão ambiental desde 1995; elaboração de publicações e apresentação de comunicações desde 1987 (cerca de duas dezenas).